

PARECER N. 35/PP/2008-P

CONCLUSÕES:

I – Os substabelecimentos, com ou sem reserva, não produzem efeitos enquanto não forem aceites, aceitação que pode ser manifestada no próprio instrumento de substabelecimento, ou em documento particular, ou resultar de comportamento concludente do mandatário.

II – Não tendo os substabelecimentos sido aceites pela Colega consulente, só a Colega substabelecente poderia renunciar aos mandatos conferidos pelo cliente nas procurações juntas aos diversos processos.

III – Não se tendo estabelecido uma relação de confiança entre a Colega consulente e o cliente, não devem ser aceites os substabelecimentos outorgados a favor daquela, pela Colega substabelecente.

IV – Estando a Colega substabelecente informada da intenção de não aceitação dos substabelecimentos, por parte da Colega consulente, não deveria ter junto a processos judiciais cópias dos substabelecimentos outorgados, por tal implicar violação do dever de solidariedade entre advogados.

V - Face ao relatado, é de remeter todo o expediente ao Conselho de Deontologia do Porto da Ordem dos Advogados, ao abrigo do disposto no artigo 54º.-b) do EOA.

I. A Senhora Dra. (...), Advogada, com a cédula profissional nº. (...)P, com escritório nas (...), à (...), solicitou em 23.06.2008, ao Presidente do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, emissão de parecer, relativamente à situação que segue:

a) Foi contactada por uma Colega e por um cliente desta, com o objectivo de aceitar, a partir de então, ser a mandatária do cliente em vários processos;

b) Recebeu, depois, da Colega, parte dos processos em causa, cada um deles acompanhado de substabelecimento, sem reserva, emitido a seu favor;

c) A partir deste recebimento nunca mais foi procurada pelo cliente, nem conseguiu alguma vez contactar este, razão pela qual nunca chegou a juntar os substabelecimentos aos processos judiciais a que se destinavam;

d) Informou a Colega substabelecete de que não conseguia contactar o cliente, e de que não tencionava juntar os substabelecimentos aos processos, mas esta, apesar de continuar, obviamente, a receber as notificações judiciais, alegou nada ter a ver com o problema, visto que já havia substabelecido os poderes que lhe haviam sido confiados, e que cabia à Colega consulente renunciar às procurações;

e) Pergunta a Colega consulente a quem incumbe o dever de renunciar “às procurações”, se a ela, se à Advogada substabelecete, bem como qual delas deverá comparecer a diligências entretanto designadas nos processos;

f) Ainda antes de ser proferido parecer, voltou a Colega a dirigir comunicação ao Presidente do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, informando ter sido notificada por um tribunal, como mandatária do aludido cliente, em processo ao qual não juntara substabelecimento, com a incumbência, ordenada no despacho de notificação, de juntar aos autos o original do substabelecimento, pedindo a Colega consulente esclarecimento sob a *“forma como devo agir”*;

g) Face à urgência decorrente da relatada situação, foi notificado, telefonicamente, à Colega consulente, despacho da Vogal deste Conselho Distrital, com o teor que segue:

- *“Apesar de os substabelecimentos terem sido efectivamente elaborados e enviados à Colega, esta entendeu não os remeter aos tribunais, estando a advogada mandatada impossibilitada de remeter cópia desses substabelecimentos aos tribunais, à revelia da Colega substabelecida”*;

h) Depois de receber a notificação via telefone, remetida também por escrito pela Senhora Directora de Serviço, a Colega consulente insiste pelo pedido de esclarecimento sobre as questões que colocara.

II. O parecer pedido pela Senhora Advogada é, inegavelmente, sobre uma “questão de carácter profissional”.

E é atribuição do Conselho Distrital “pronunciar-se sobre as questões de carácter profissional” – artigo 50º.-1 f) do EOA.

Cumpr, pois, emitir o solicitado parecer, importando analisar a questão posta, de um lado, no que diz respeito às consequências da outorga, a favor da Colega consulente, dos

substabelecimentos sem reserva e, de outro, no que se refere ao comportamento das Colegas, consulente e substabelecente.

III. Substabelecer é passar para outrem os poderes que, por procuração, se recebeu de alguém.

É inegável que para a Colega consulente foram transmitidos, sem reserva, com a sua concordância, os poderes que antes haviam sido conferidos à Colega substabelecente.

E que o substabelecimento “sem reserva” implica a exclusão do anterior mandatário – art. 36º.-3 CPC.

Mas o mandato, para ser eficaz, depende de “*aceitação*”, entendendo-se esta como aceitação *formal*, manifestada no próprio instrumento público, ou em documento particular, ou resultar de “comportamento concludente” do mandatário – art. 36º.-4 CPC –, não sendo bastante a mera manifestação de concordância na outorga do substabelecimento.

Não nos é dito, preto no branco, se houve aceitação do mandato, pela nova mandatária, no próprio substabelecimento ou em outro documento; sendo a hipótese de rara verificação, e nada sendo relatado a propósito, ter-se-á por assente que tal não ocorreu.

E comportamento concludente da mandatária, também não.

Como diz ABÍLIO NETO, *a assinatura do(s) articulado(s) ou de quaisquer outras peças constituirá a forma mais corrente da aceitação do mandato, enquanto “comportamento concludente”* – CPC Anotado, 17ª. ed., pág. 96.

No caso, a Colega consulente, não só não subscreveu qualquer peça, como não chegou, sequer, a juntar os substabelecimentos aos autos, comportamentos que permitem concluir que não *aceitou*, formalmente, ou de qualquer outro modo, a transferência de poderes.

A outorga dos substabelecimentos a favor da Colega consulente não produziu, pois, quaisquer efeitos nos processos a que cada um deles se destinava.

E, assim sendo, só a Colega substabelecente poderia renunciar aos mandatos conferidos pelo cliente nas procurações juntas aos diversos processos.

IV. Devia a Colega consulente ter junto aos diversos processos a que se destinavam, os substabelecimentos a seu favor outorgados?

Não devia, a nosso ver.

Um dos princípios gerais que deve nortear as relações dos Advogados com os clientes é o da confiança recíproca.

ANTÓNIO ARNAUT diz, mesmo, que *"a lealdade e a confiança são as pedras basilares das relações advogado-cliente. Se um destes pressupostos falha, de um lado ou de outro, melhor será que o advogado renuncie ao mandato, ou que o cliente procure outro patrono"* – EOA Anotado, 9ª. ed., 2005, pág. 111.

Ora, não pode estabelecer-se uma relação de confiança, entre Advogado e cliente, se este nunca mais comparece no escritório daquele após a reunião inicial, e se o mesmo não se mostra contactável, apesar das várias tentativas efectuadas pelo Advogado.

No caso relatado, nenhuma relação, mesmo, se podia estabelecer, o que eventualmente impediria a Colega consulente, até, por falta de informação, de exercer o mandato nas diversas diligências designadas nos processos.

V. E devia a Colega substabelecente ter junto aos autos cópias dos substabelecimentos que outorgara a favor da Colega consulente?

Não devia, a nosso ver.

Desde logo, porque a Colega substabelecente fora previamente informada pela Colega consulente que esta não tencionava juntar aos diversos processos os substabelecimentos, pelo que estes não produziram quaisquer efeitos.

Por outro lado, o dever de solidariedade profissional impunha à Colega substabelecente o dever de cooperar com a Colega consulente, em benefício do cliente, por forma a evitar litígios inúteis, conciliando, tanto quanto possível, os interesses da profissão com os da justiça ou daqueles que a procuram – art. 106º. EOA.

ANTÓNIO ARNAUT considera que *"a cooperação entre advogados, baseada numa relação de confiança, redunde sempre em benefício dos clientes e permite evitar litígios inúteis"* – ob. cit., pág. 128.

Mas a Colega substabelecente, ao invés de renunciar às procurações (ou de manter o mandato, se visse possuir condições para tal), como lhe competia, foi aos autos juntar

cópias dos substabelecimentos, com o mais que provável intuito de *forçar* a Colega consulente a juntar os originais aos processos.

Com este comportamento, não só pôs em causa a defesa dos interesses do cliente, que poderá não ter estado representado em diligências judiciais já agendadas, como provocou a prolação (não interessando agora apurar se bem, se mal) de, ao menos, um despacho judicial ordenando a junção do substabelecimento original.

VI. Em conclusão:

I – Os substabelecimentos, com ou sem reserva, não produzem efeitos enquanto não forem aceites, aceitação que pode ser manifestada no próprio instrumento de substabelecimento, ou em documento particular, ou resultar de comportamento concludente do mandatário.

II – Não tendo os substabelecimentos sido aceites pela Colega consulente, só a Colega substabelecente poderia renunciar aos mandatos conferidos pelo cliente nas procurações juntas aos diversos processos.

III – Não se tendo estabelecido uma relação de confiança entre a Colega consulente e o cliente, não devem ser aceites os substabelecimentos outorgados a favor daquela, pela Colega substabelecente.

IV – Estando a Colega substabelecente informada da intenção de não aceitação dos substabelecimentos, por parte da Colega consulente, não deveria ter junto a processos judiciais cópias dos substabelecimentos outorgados, por tal implicar violação do dever de solidariedade entre advogados.

V - Face ao relatado, é de remeter todo o expediente ao Conselho de Deontologia do Porto da Ordem dos Advogados, ao abrigo do disposto no artigo 54º.-b) do EOA.

É, s. m. o., o meu parecer.

Viana do Castelo, 29 de Agosto de 2008
Relator
António Rio Tinto Costa

